ENTREVISTA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

Marcelo Weitzel

O MP passa por constante processo de transformação

PÁGINA 11

Ano VII nº 73 – JUNHO – 2012

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Garantir recomposição dos subsídios é foco de entidades associativas em articulação no Congresso Nacional

Foto: Ascom/ANPT

Intensa mobilização na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, no último mês, pretendia garantir na LDO de 2013 os recursos necessários à recomposição do valor dos subsídios de membros do Ministério Público e da magistratura.

PÁGINA 7

Foto: Ascom/ANPT

Vaga do Quinto Constitucional no TRT-7 é do MPT

Presidente da ANPT fez sustentação oral em audiência no Tribunal e defendeu a necessidade de destinação da vaga a membros oriundos da instituição. Após a decisão, 3 dos 14 cargos de desembargador do TRT/CE passam a ser destinados a membros do MPT.

PÁGINA 3

AMIANTO

Associação defende banimento do mineral

Página 3

SIMPLES TRABALHISTA

Audiência pública discute PL

Página 9

Caro Associado,

Encerramos mais um semestre de intensos trabalhos no Congresso Nacional e junto ao Poder Executivo em busca de uma maior valorização da nossa carreira, imprescindível porém não devidamente respeitada ao longo dos últimos anos. A diuturna busca, por parte da ANPT, de uma efetiva recomposição do valor dos subsídios tem sido incansável. Não temos poupado esforços nesse trabalho de articulação política, inclusive estabelecendo diversas parcerias com outras entidades para tanto. Embora ainda não tenhamos, infelizmente, os resultados pretendidos e buscados, esperamos alcançá-los muito em breve, para o que estamos envidando todos os nossos esforços.

No último mês, a ANPT e as outras entidades que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas) estiveram reunidas com diversos parlamentares, especialmente com aqueles que participam da Comissão Mista de Orçamento (CMO), tendo por objetivo buscar garantir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) os recursos necessários para a recomposição do valor dos subsídios das duas carreiras. Apresentamos argumentos técnicos e políticos acerca dessa questão e continuamos acompanhando-a muito de perto, em permanente articulação com um número cada vez maior de parlamentares.

Nesta edição do informativo, além de uma compilação da atuação da entidade nesse sentido no mês de junho, apresentamos, também, a participação da ANPT em sessão do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região, que, após sustentação oral da Associação e do Procurador-Chefe da PRT do Ceará, garantiu a vaga do quinto constitucional para o MPT, representando relevante vitória para nossa categoria.

Temos, ainda, a participação da entidade durante a programação da Rio+20, em painel na Cúpula dos Povos, que discutiu a questão do amianto no Brasil. Mais uma vez, reiteramos nossa opinião acerca do necessário banimento de tal fibra de nosso ordenamento, sob pena de se dar continuidade ao adoecimento e à morte de tantos e tantos trabalhadores, o que, obviamente, não se pode tolerar.

Outro tema que tem sido reiterada e enfaticamente tratado pela ANPT diz respeito à terceirização e às discussões acerca de tal temática no âmbito do Congresso Nacional, muitas vezes com viés nitidamente precarizante. Em mais uma audiência pública da qual participou a Associação, foram destacadas as críticas a diversos dispositivos do projeto atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados, que tantos prejuízos poderá trazer para os trabalhadores, o que temos buscado evitar. Em outra audiência pública, desta feita para tratar do chamado "simples trabalhista", expusemos o nosso posicionamento, flagrantemente contrário a essa proposição legislativa que leva à existência de trabalhadores de "segunda categoria", em clara afronta ao princípio isonômico basilar.

Em breve, divulgaremos mais detalhes acerca da programação completa do 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), que acontecerá em Natal/RN entre os dias 4 e 7 outubro e cujas inscrições deverão ser realizadas até o dia 31 de agosto.

Boa leitura!

Diretoria da ANPT.

CURTAS

X Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O programa Trabalho Legal, realizado por meio de parceria entre a ANPT e o MPT, foi agraciado, no dia 29 de junho, na categoria "júri popular", na entrega do X Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. O evento aconteceu durante a programação do VIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom) realizado em Fortaleza (CE), entre os dias 27 e 29 de junho. O coordenador de comunicação da ANPT, Gustavo Rocha, representou a entidade no evento, que teve este ano o tema "Justiça em Comunicação".

Empossada nova diretoria da Ajufe

Foi realizada no dia 12 de junho a solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, prestigiou a cerimônia, que empossou o juiz Nino Toldo, que é titular da 10ª Vara Federal Criminal da São Paulo, como presidente da Ajufe, para o biênio 2012/2014.

TRT-21 homenageia associado da ANPT

O procurador-chefe da PRT-21, e associado da ANPT, Rosivaldo da Cunha Oliveira , foi agraciado no dia 22 de junho com a insígnia da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho "Djalma Aranha Marinho", na categoria Grã-Cruz. A homenagem, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, agraciou, também, outras autoridades. Além das insígnias, o Tribunal ofereceu, ainda, a entrega da Medalha do Mérito Profissional e Funcional "Miguel Seabra Fagundes".

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Morais do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonego Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.600 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br,
Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

TRT-7 garante vaga do Quinto Constitucional ao MPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, fez sustentação oral no dia 28 de junho em sessão realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região (TRT-7), que garantiu a destinação de vaga de desembargador criada pela Lei Nº 11.999/2009 para o denominado quinto constitucional, sendo destinada a membro oriundo da carreira do Ministério Público do Trabalho (MPT). Após a decisão, 3 dos 14 cargos de desembargador do TRT/CE passam a ser ocupados por procuradores do Trabalho ou advogados, havendo alternância na vaga ímpar (terceira vaga), que será originalmente provida por membro proveniente do MPT.

Durante a sessão de julgamento, que durou mais de cinco horas, os magistrados decidiram votar qual seria o critério a ser utilizado na definição de quem ocuparia o novo cargo, se oriundo do Ministério Publico ou da advocacia. Venceu, por maioria, a tese de que o sorteio seria a melhor alternativa para o primeiro provimento de tal vaga. Além do MPT, disputavam o direito pela indicação dos candidatos à vaga, além da OAB, associações de magistrados da Justiça do Trabalho.

Em sua manifestação, o presidente da ANPT destacou que, conquanto o primeiro provimento da vaga não tenha sido expressamente disciplinado pelo ordenamento jurídico, dentre os critérios a serem observados na sua destinação estão a inexistência de

Foto: Ascom/ANPT

Azevedo Lima em sua manifestação no TRT-7

precedência entre MP e advogados, além do necessário respeito à paridade. Completou ressaltando que o rodízio deve começar pela categoria que estiver, historicamente, subrepresentada na Corte e indicou que a alternância das vagas do quinto só deveria acontecer após o seu primeiro provimento, não se aplicando quando se está a tratar de vaga nova, que nunca tenha sido preenchida. "Independentemente do resultado, precisamos de uma definição quanto a tal questão, pois, caso isso não ocorra, o jurisdicionado só tem a perder, uma vez que, quando o legislador cria os cargos, pressupõe-se um diagnóstico com análise da necessidade para uma boa, célere e adequada prestação jurisdicional, não sendo razoável que perdure no tempo o não preenchimento definitivo da nova vaga", ressaltou.

ANPT defende banimento do amianto em painel na Cúpula dos Povos durante a Rio +20

O diretor de Relações Institucionais da ANPT, Fábio Goulart Villela, participou no dia 15 de junho de painel que discutiu "As ações internacionais contra o amianto", na Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro. Durante o evento, organizado pela sociedade civil global, que aconteceu entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20, o diretor reiterou o posicionamento da entidade, que é a favor do banimento total da fibra no Brasil.

Durante sua manifestação, Fábio Villela falou sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), de autoria da ANPT em conjunto com a Anamatra, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). A ADI 4066 questiona dispositivo contido no artigo 2º da Lei Federal 9.055/95, que permite a extração, a utilização industrial e a comercialização do amianto crisotila no país (também conhecido como amianto

Foto: Fernanda Giannasi

Procurador afirmou que não há um limite de tolerância que evite qualquer risco de contaminação ao trabalhador

branco), ainda que de forma controlada. As associações insistem que não há nível seguro de exposição ao amianto, como definiu, em 1977, a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Para Villela, diversos estudos já foram realizados e comprovaram que todas as fibras do mineral são cancerígenas e não há um limite de tolerância que evite qualquer risco ao trabalhador. O procurador lembrou, também, que a livre iniciativa (CF/88, art. 1º, IV) e a liberdade de exercício de atividade econômica - argumento que algumas empresas utilizam para defender o uso do amianto - encontram limites nos fundamentos constitucionais, como também no direito à saúde, assegurado pelo artigo 196 da Constituição Federal, e no direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tutelado no artigo 225 do Texto Constitucional. Ademais, já existem fibras altenativas que podem vir a substituir o amianto, possibilitando a viabilidade econômica do empreendimento empresarial.

O representante da ANPT esclareceu, também, que a Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, e incorporada ao ordenamento jurídico pátrio, preconiza a substituição progressiva do amianto até o seu banimento total, reafirmando o posicionamento da entidade, bem como do próprio Ministério Público do Trabalho (MPT), em relação à inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei 9055/95.

Terceirização é tema de audiência pública na Bahia

Foi realizada no dia 4 de junho, no Ministério Público do Trabalho (MPT) em Salvador (BA), audiência pública para discutir o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, de autoria do deputado Federal Sandro Mabel (PL-GO), que versa sobre a questão da terceirização. A proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e tem como relator o deputado Arthur Maia (PMDB/BA). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento e reforçou a necessidade de alterações em vários pontos do PL.

Azevedo Lima ressaltou que, conquanto se mostre imprescindível uma normatização que freie a precarização das relações de trabalho, não há como isso se dar a despeito da garantia de condições dignas de trabalho, e, nesse sentido, solicitou para que o parlamentar leve em consideração as diversas questões abordadas na notas técnica apresentada pela ANPT, que destaca pontos a serem alterados no relatório. A nota técnica formulada pela entidade sugere alterações em diversos dispositivos do substitutivo ao PL 4.330/2004, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços e as relações de trabalho dele decorrentes.

O presidente da ANPT reforçou que o substitutivo, ao não impor qualquer limitação à terceirização das atividades nucleares da tomadora de serviços, desconhece a realidade da legislação trabalhista e viola dispositivos constitucionais. "Não pode haver escolas sem professores, hospitais sem profissionais de saúde, bancos sem bancários, vindo a ser todos os trabalhadores vinculados formalmente à empresa prestadora dos serviços", completou ao lembrar que o empregador deve contratar diretamente, ao menos, os empregados que serão responsáveis imediatos pela consecução do empreendimento econômico, ou seja, aqueles alocados na atividade-fim da empresa.

Foto: Ascom/ANPT

Azevedo Lima falou sobre pontos que precisam ser alterados no relatório sobre o PL 4.330/2004

Nesse sentido, Azevedo Lima falou, também, sobre a importância de se instituir a responsabilidade solidaria das empresas e a limitação das subcontratações, visto que estas últimas impedem o controle das relações de trabalho pelas tomadoras de serviços e subcontratantes. O procurador ressaltou, ainda, a importância de se inserir no substitutivo ao PL a adequação do enquadramento sindical, até para viabilizar a organização dos trabalhadores e a luta, por parte deles, por seus direitos e por suas garantias, "o que acaba não ocorrendo quando se reúnem numa mesma entidade trabalhadores que não têm nenhum senso de unidade por desempenharem funções as mais distintas, tal como se dá nos chamados 'sindicatos de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizáveis', por exemplo", enfatizou.

*Confira a íntegra da matéria no *site* www.anpt.org.br

Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública divulga resultados da Meta 2

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça divulgaram no dia 13 de junho os resultados da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). O objetivo é finalizar os inquéritos de homicídios instaurados em todo o Brasil até dezembro de 2007 e ainda sem conclusão. Os dados fazem parte do relatório "Meta 2: a impunidade como alvo", apresentado em solenidade na sede do CNMP, em Brasília, da qual o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, participaram.

Foto: Ascom/ANPT

Além da ANPT, representantes de diversas entidades participaram da solenidade

Segundo o relatório apresentado na ocasião, os Estados do Acre, Roraima, Piauí, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso do Sul cumpriram a meta. Dos 134.944 inquéritos iniciais, 43.123 foram concluídos e em 8. 287 os suspeitos foram denunciados à justiça. "O resultado é bastante positivo. O percentual de denúncia, de 19%, ainda é pequeno, mas é o dobro da média nacional, que varia entre 5 e 8%. E estamos falando de inquéritos muito antigos, o que dificulta as investigações", informou a conselheira Taís Ferraz, durante a sua explanação.

PEC 37 e proposta de alteração da Lei da Ação Civil Pública são acompanhadas pela ANPT na Câmara

Foi apresentado no dia 13 de junho, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37, de 2011, o parecer do relator Fábio Trad (PMDB-MS), que propôs emenda substitutiva ao texto original da proposta, que trata da investigação criminal. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou a sessão.

Conhecida como PEC da IMPUNIDADE, a proposta, de autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), acrescenta um parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal, para estabelecer que a apuração das infrações penais será de competência privativa das polícias federal e civil. Atualmente, por determinação constitucional, o Ministério Público e outras instituições também exercem, em casos específicos, a atividade de investigação criminal.

Em seu relatório, Fábio Trad propôs emenda substitutiva ao texto original, conferindo ao Ministério Público caráter subsidiário nas investigações criminais. Os demais parlamentares integrantes da comissão especial pediram vista conjunta da matéria.

A ANPT e as demais associações de classe representativas do Ministério Público são contrárias à proposta e também ao relatório apresentado. Desde a apresentação da matéria, as entidades contestam as justificativas do autor da proposta, dentre elas a de que as investigações realizadas pelo MP são questionadas perante os Tribunais Superiores e prejudicam a tramitação dos processos. É questionada também a alegação de que a realização de investigações criminais pelo Ministério Público prejudicaria os direitos fundamentais dos cidadãos. Segundo as associações, a Constituição incumbiu o MP da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, bem como dos princípios constitucionais que sustentam o Estado brasileiro.

Entidades acompanham de perto a tramitação dos projetos

Foto: Ascom/Conamp

No dia 12 de junho, o presidente da ANPT esteve na Câmara dos Deputados, desta vez acompanhando a sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), oportunidade em que conversou com diversos deputados sobre Projeto de Lei 6745/2006. O PL altera dispositivos da Lei 7347/1985, conhecida como "Lei da Ação Civil Pública", em especial no que diz respeito aos dispositivos referentes ao Inquérito Civil Público. Na ocasião, Azevedo Lima levou aos deputados argumentos para reforçar a rejeição do projeto, inclusive com a entrega de nota técnica elaborada pela entidade.

Comissão Especial da Câmara aprova PEC 5/2011

Foi aprovada, na Comissão Especial da Câmara destinada a estudar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 5 de 2011, o texto da referida matéria, que estabelece a fixação de subsídios para o presidente da República, o vice-presidente, o procurador-geral da República, ministros de Estado, senadores e deputados federais idênticos aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje o teto do funcionalismo público. O substitutivo do relator, deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), aprovado na comissão, incluiu, por meio de emenda, o defensor público-geral federal no grupo. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor de assuntos legislativos da entidade, Alberto Bastos Balazeiro, acompanharam a audiência.

De autoria de Nelson Marquezelli (PTB-SP), a PEC 5/2011 também determina que os subsídios de detentores de mandatos eletivos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios serão fixados por meio de lei ordinária. Agora, a matéria segue para votação no plenário da Câmara, em dois turnos, e depois para apreciação pelo Senado Federal.

PLs dos subsídios do MPU são debatidos em reunião com o relator na Comissão de Finanças

Integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), entre eles o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram reunidos no dia 14 de junho com o relator dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da reposição do valor do subsídio do procurador-geral da República, deputado Aelton Freitas (PR/MG). Durante o encontro, agendado a pedido da ANPT, o parlamentar recebeu do grupo documento no qual constam informações detalhadas referentes ao histórico do valor dos subsídios, mais especificamente no que diz respeito às perdas inflacionárias verificadas ao longo dos últimos anos.

Deputado Aelton Freitas conversou com integrantes da Frentas

Foto: Ascom/ANPT

Os Projetos de Lei que tratam da recomposição do valor dos subsídios do procurador-geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União são o 7753/2010 e o 2198/2011. Durante a reunião, o parlamentar manifestou-se favoravelmente ao pleito das entidades e, inclusive, debateu sugestões de medidas estratégicas a serem adotadas visando à aprovação dos projetos, principalmente no que se refere à intensificação de tratativas com o Poder Executivo no que diz respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cuja proposta encontra-se atualmente em trâmite no Congresso Nacional, tendo como relator o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Segundo as entidades, a perda inflacionária dos subsídios dos membros do Ministério Público deve ser analisada a partir de 2005. Até dezembro de 2011, essas perdas corresponderiam, segundo cálculos elaborados no âmbito da Frentas, a 29,34% e a sua previsão até dezembro de 2012, levando em consideração a inflação prevista para o corrente ano, seria equivalente a 36,08%.

Frente Associativa do MP e da magistratura discute proposições legislativas

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhado da vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participou no dia 12 de junho de reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas). O encontro aconteceu na sede da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), onde foram discutidas propostas legislativas de interesse para ambas categorias, a exemplo dos projetos de Lei que tratam da política remuneratória de membros das duas carreiras, dentre outras.

Grupo reunido na sede da Amagis-DF

Foto: Ascom/ANPT

A reunião foi conduzida pelo presidente da Amagis - DF e atual coordenador da Frentas, Gilmar Soriano. Também participaram da reunião dirigentes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT).

FRENTAS intensifica mobilização no Congresso Nacional em prol dos subsídios

Integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas) estiveram no dia 20 de junho reunidos com diversos parlamentares, a fim de articular a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da reposição do valor dos subsídios das duas categorias. No Senado Federal, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor de assuntos legislativos da entidade, Alberto Bastos Balazeiro, conversaram, juntamente com os representantes das entidades que compõem a Frentas, com consultores de orçamento do Congresso Nacional e com a assessoria do gabinete do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Reunião na Comissão de Finanças e Tributação

Fotos: Ascom/ANPT

A reunião com a equipe teve por objetivo articular para que fique garantido na LDO os recursos necessários à recomposição do valor dos subsídios e, assim, viabilizar a aprovação dos PLs 7753/2010 e 2198/2011, que tratam dos subsídios do procurador-geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União, assim como dos PLs que se referem aos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), PLs 7749/2010 e 2197/2011. O grupo apresentou todo o histórico referente às perdas inflacionárias ao longo dos últimos anos e apresentou elementos para que a equipe posso avaliar com mais exatidão a situação.

Grupo reunido no gabinete do senador Antonio Carlos Valadares

Os consultores de orçamento apresentaram esclarecimentos detalhados acerca da tramitação da proposta da LDO, além de medidas concretas a serem adotadas visando à viabilização da aprovação dos projetos concernentes à recomposição do valor dos subsídios.

Os integrantes da Frentas estiveram reunidos, ainda, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, com o presidente da Comissão, deputado Antonio Andrade (PMDB-MG), que é, também, o relator dos PLs 7749/2010 e 2197/2011, o deputado Aelton de Freitas, relator dos PLs 7753/2010 e 2198/2011, além de consultores técnicos, da área de orçamento, da Comissão, tendo se articulado, na ocasião, a possibilidade de a própria CFT apresentar emenda à LDO, de maneira a garantir os recursos necessários, nos moldes em que já havia sido discutido de forma detalhada na reunião no gabinete do senador Valadares.

Presidente da CMO recebe os integrantes da Frentas

Após a reunião na CFT, o grupo foi recebido pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Pimenta (PT-RS). Na ocasião, o presidente da ANPT relatou os contatos mantidos nas últimas semanas e, em especial, ao longo daquele dia, visando a garantir os recursos necessários na LDO à aprovação dos projetos relativos aos subsídios, tendo sido solicitado ao parlamentar apoio político para a tramitação das emendas a serem apresentadas, cuja imprescindibilidade também foi ressaltada pelas demais entidades presentes à reunião, em relação ao que o grupo obteve o compromisso do presidente da CMO.

Ainda no mesmo dia, o presidente e o diretor de assuntos legislativos da ANPT reuniram-se com outros parlamentares, a exemplo do deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), buscando novos apoios às emendas que viriam a ser apresentadas.

Diretoria da ANPT reúne-se com procurador-geral do Trabalho

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, juntamente com a vice-presidente, Daniela de Morais do Monte Varandas, e o diretor financeiro da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, reuniram-se no dia 21 de junho com o procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo. Na reunião, foram discutidos diversos temas de interesse da categoria, formada pelos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) de todo o país, e da própria instituição, a exemplo do anteprojeto de lei atualmente em discussão no Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) que diz respeito à possível criação de novos cargos de membros e de servidores, à situação dos servidores cedidos ao MPT, questões orçamentárias imprescindíveis à melhor atuação da instituição, promoções, dentre diversas outras questões.

Foto: Ascom/ANPT

Diretoria da ANPT em reunião com o procurador-geral do Trabalho

Conatrae intensifica atuação para aprovação da PEC do Trabalho Escravo no Senado

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) discutiu estratégias visando intensificar sua atuação em prol da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57A/99, que tramita no Senado, também conhecida como PEC do Trabalho Escravo. Os integrantes da Comissão devem agendar reuniões com os presidentes do Senado, José Sarney (PMDB/AP), e da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT/RS), para discutir o assunto. A iniciativa foi acertada durante reunião da Comissão, no dia 12 de junho, na qual o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade.

Durante a reunião, que foi presidida pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, o grupo definiu, também, que a Conatrae deveria elaborar umas "Carta Compromisso pela Liberdade 2012" para as eleições municipais, cuja subscrição será buscada junto aos candidatos, com foco na prevenção do trabalho escravo e na reinserção de trabalhadores resgatados. O documento é semelhante à Carta apresentada aos candidatos aos governos estaduais e à presidência da República nas eleições passadas.

Foto: Ascom/ANPT

Conatrae vai articular para a aprovação da PEC no Senado

Ainda durante o encontro, o coordenador da Conatrae, José Guerra, informou que nos dias 12 e 13 de novembro será promovido *workshop* de boas práticas de combate ao trabalho escravo, com a participação da relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre trabalho escravo, Gulnara Shahinian, autora de um vasto e significativo relatório sobre a questão do trabalho escravo no Brasil.

ENTENDA A PEC 57A/99

Aprovada na Câmara dos Deputados como PEC 438/2001, a matéria voltou a tramitar no Senado, mas agora como 57-A/1999. A PEC do Trabalho Escravo, como ficou conhecida, determina o confisco das propriedades nas quais se constatar a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo. O governo federal, que determinou a aprovação da proposta como prioridade em Direitos Humanos para 2012, pressiona para que a votação do texto aconteça nas próximas semanas. Na prática, os senadores deverão apenas analisar uma mudança feita em 2004 na votação em primeiro turno na Câmara, ocasião na qual foi incluída a possibilidade de confisco também de propriedades em áreas urbanas (no texto aprovado no Senado há alguns anos falava-se, apenas, em propriedades rurais). Junto com a votação da proposta, o Congresso Nacional deve debater também a sua regulamentação.

Audiência Pública discute "Simples Trabalhista" para microempresas

"Não há como se deixar de concordar com a necessidade de combater a informalidade no mercado de trabalho, mas isso não pode se dar por meio da subtração de direitos historicamente reconhecidos aos trabalhadores". Com essa linha de raciocínio, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 13 de junho de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados para discutir o Projeto de Lei (PL) 951/11, de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal, também conhecido como simples trabalhista.

Segundo a justificativa do projeto, seu objetivo seria gerar empregos formais nas micro e pequenas empresas, assim como reduzir os encargos sociais e os custos da contratação de empregados. Dentre outras iniciativas precarizantes, o projeto prevê a redução de 8% para 2% na alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) devida pela empresa por empregado, por um prazo de cinco anos a partir da assinatura do contrato. Segundo o presidente da ANPT, "a alegação de que isso só ocorreria com os trabalhadores que não tivessem contas vinculadas ou, tendo-as, não tivessem tido depósitos nos últimos dois anos, leva a uma dupla penalização de tais obreiros, que já sofreram com a não concessão de direito que lhes é assegurado pela legislação e, justamente por isso, passariam a perceber apenas ¼ do percentual devido a título de depósito de FGTS", afirmou.

Azevedo Lima teceu críticas acerca de diversos pontos do projeto, os quais, segundo ele, trariam incontáveis prejuízos aos trabalhadores. Para o procurador, a inconstitucionalidade do PL se mostra flagrante, uma vez que dá tratamento diferenciado, impondo-lhes nítidos e graves prejuízos, aos empregados das microempresas e das empresas de pequeno porte.

Foto: Ascom/ANPT

O presidente da ANPT argumentou que o PL trará grandes prejuízos aos trabalhadores

O presidente da ANPT informou, ainda, que a entidade distribuirá entre os parlamentares, especialmente ao relator do projeto, deputado Guilherme Campos (PSD-SP), nota técnica abordando de forma mais detalhada diversos pontos do projeto, tendo concluído sua fala afirmando que "por mais que nós não discordemos em nenhum momento da necessidade de se buscar mecanismos para acabar com a informalidade, não entendemos como razoável que isso venha a ocorrer em detrimento ao princípio isonômico, das garantias mínimas dos trabalhadores, e, nesse aspecto, num claro contexto de desrespeito à sua cidadania e à sua própria dignidade".

*Confira a íntegra da participação da ANPT no *site* www.anpt.org.br

Comissão intersetorial discute violência sexual contra crianças e adolescentes

Foi realizada no dia 6 de junho reunião da Comissão Intersetorial de enfretamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, a qual é integrada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). O presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do encontro, que avaliou as atividades realizadas em alusão ao dia 18 de maio, dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes e discutiu novas propostas de atuação.

O diretor de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, Davi Pires, fez uma explanação sobre o assunto explicando diversos pontos relacionados ao tema, que servem para abrir uma reflexão sobre a questão da proteção das crianças e adolescentes no que diz respeito à sua exposição à mídia. Foi discutida, ainda, a revisão do Plano Nacional para enfrentamento do tema, tendo se debatido, na ocasião, a relevância de se ter uma base de dados mais completa em relação às condenações judiciais criminais dos exploradores sexuais de crianças e adolescentes.

Quanto a esse aspecto, o presidente da ANPT ressaltou que os membros do MPT já têm uma atuação eficiente obtida por meio do ajuizamento de ações civis públicas nas quais se busca, também, a condenação dos exploradores ao pagamento de indenizações por danos morais coletivos, "as quais, em alguns casos, já têm alcançado centenas de milhares de reais", informou. Segundo Azevedo Lima, "além da condenação na esfera penal, de inegável relevância e que, infelizmente, não tem tido a eficácia esperada, não se pode olvidar, concomitantemente, a relevância da atuação dos procuradores do Trabalho visando à condenação pecuniária dos exploradores, que tem nítido caráter não apenas sancionatório mas, também, pedagógico, servindo de exemplo quanto às possíveis consequências advindas para aqueles que venham a praticar atos tão absurdos, os quais, inclusive, nos termos da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), inserem-se dentre as piores formas de trabalho infantil", enfatizou.

Foto: Ascom/ANPT

Azevedo Lima falou sobre a atuação do MPT no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA Consul/Brastemp	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o *site*: www.compracerta.com.br/corporativo Telefones: 4004-0019 ou 0800 722 0019 Tecle opção 3 e informe seu código: anpt7
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco Telefone: (61) 3321-6661	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do *site* da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado deverá procurar diretamente os consultores: Fernando Ekstein : 11 5643-3632 / 7831-3756; fermando.frostista@caoa.com.br Edilene Santos: 11 5643-3645 / 9166-4522 edilene.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e apresentar a carteira de afiliado da ANPT.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do *site*, além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televendas 3003-6000

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do *site*. O endereço é www.anpt.org.br

ENTREVISTA

Foto: Arquivo Pessoal

"É necessária a consciência de que temos uma instituição cuja transformação foi muito rápida e, como tal, muitas vezes incompreendida pela sociedade"

Os principais desafios que o Ministério Público brasileiro deve enfrentar e a necessidade de valorização das carreiras foram o foco da entrevista com o procurador-geral de Justiça Militar, Marcelo Weitzel. Confira.

Após ter passado alguns anos à frente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, que avaliação faz em relação à importância do trabalho de uma entidade de classe de âmbito nacional, como a ANMPM e a ANPT, para a valorização do Ministério Público e de seus membros?

A participação das associações de classe, e especificamente da ANMPM e ANPT, as quais acompanhei mais de perto, foram, e são, fundamentais para a valorização do Ministério Púbico (MP) e de seus integrantes. São as entidades de classe as primeiras a receberem os reclamos e propostas que envolvem os membros do MP perante a sociedade civil. São sempre as primeiras a chegar com as mensagens dos seus associados junto ao parlamento e ao Poder Executivo. Como entidades representativas, possuem a vantagem de não se prenderem a protocolos institucionais, o que em muito facilita o diálogo entre os integrantes das nossas carreiras e a sociedade como um todo.

Como avalia que sua experiência na defesa dos interesses da categoria pode vir a contribuir na sua gestão, na condição de procurador-geral de Justiça Militar?

O exercício da tolerância, tão caro na vida democrática, e a necessidade de aprimoramento constante do diálogo. A consciência de saber que, apesar de alguns interesses conflitantes que eventualmente possam ocorrer envolvendo os diversos ramos do MP e a sociedade em geral, os princípios concordantes são em bem maior número e muito mais importantes para consolidação deste novo Ministério Público que tem poucos anos de vida, se tivermos como baliza a Lei Complementar 40 e posteriormente a Constituição Federal de 1988 e a legislação subsequente. A consciência de que temos uma instituição cuja transformação foi muito rápida (algo próximo a uma geração), e, como tal, muitas vezes incompreendida pela sociedade. Porém, com um pouco de paciência, é possível chegarmos a consensos que nos permitam valorizar cada vez mais a carreira, como também atender os anseios da sociedade.

Quais os principais desafios a serem enfrentados como PGJM?

Além daqueles que rotineiramente envolvem as associações, quais sejam, a valorização pecuniária, sem a qual não se atrai e motiva bons quadros, e a elaboração de uma profusão de normas que por vezes tendem a prejudicar a atividade ministerial, enfrentamos também questões administrativas que extrapolam a atividade de classe. No caso, temos também a necessidade de valorizarmos os nossos funcionários, que há muito também estão sem reajustes salariais. Se tal não bastasse, enfrentamos uma carência de servidores em diversas áreas, necessários ao bom funcionamento administrativo e da atividade fim. Outro ponto refere-se à adequação estrutural e à ampliação dos quadros para melhor atender o aumento da demanda processual, extraprocessual e administrativa, bem como a capilarização da atuação do Ministério Público Militar em todo o território nacional, a fim de proporcionar melhor prestação jurisdicional aos cidadãos.

Em um contexto geral, que avaliação faz do Ministério Público brasileiro como um todo, e quais as grandes dificuldades atualmente enfrentadas pela instituição?

Vejo o Ministério Público como uma instituição ainda em formação. Como dito anteriormente, as mudanças ocorridas em seu estatuto foram muito recentes e radicais. Como ainda não é uma instituição totalmente consolidada em seus anseios, natural que traga algumas discordâncias tanto internas quanto perante o parlamento e órgãos do Poder Executivo, pois para eles algumas de nossas atitudes também são novidades. No atual contexto, além de uma política de pessoal definitiva quanto à manutenção do poder aquisitivo, vejo que a superação de circunstanciais conflitos corporativos são fundamentais para a plena valorização do MP e para se atender a sociedade, objetivo que quero crer seja de todos e não apenas do Ministério Público. Também, proporcionar mecanismos que possam atender a melhor atuação processual e extraprocessual em todo o território nacional.

ANPT participa de congressos que discutem o direito do trabalho

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 18 de junho da solenidade de abertura da 18ª edição do Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, em Goiânia (GO). O evento, promovido pelo Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT) em parceria com a Associação dos Magistrados do Trabalho da 18ª Região (Amatra-18) e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), com o apoio da ANPT, foi até o dia 20 de junho, e prestou, também, uma homenagem ao subprocurador-geral do Trabalho Edson Braz da Silva.

Já no dia 25 de junho, em São Paulo, Azevedo Lima prestigiou a abertura do 52º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho. O evento teve por objetivo discutir o Direito do Trabalho por meio de conferências e debates sobre as teses apresentadas às Comissões, formadas por renomados especialistas. A ANPT foi uma das entidades apoiadoras do Congresso, que foi promovido pela editora LTR.

Presidente da ANPT durante congresso em Goiânia

Foto: Companhia Digital

Cursos de aperfeiçoamento do MPT tem participação da ANPT

O diretor financeiro da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, representou a entidade no dia 15 de junho durante a aberturada do II Curso de Aperfeiçoamento de Trabalho Portuário e Aquaviário – Elementos Essenciais para a Atuação do MPT, realizado em Vitória (ES). Na oportunidade, Ângelo Fabiano ressaltou ser extremamente gratificante, na condição de representante da ANPT, participar da mesa de abertura de um curso de qualificação de procuradores para atuação no trabalho portuário e aquaviário, principalmente pelo fato de atuar diuturnamente no enfrentamento das questões portuárias, vez que lotado na PTM de Santos, que abrange o maior Porto da América Latina.

Diretor da ANPT durante o curso de aperfeiçoamento de Trabalho Portuário e Aquaviário

Foto: Ascom/MPT-ES

Já no dia 18 de junho, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da abertura da segunda parte do 1º curso de formação e capacitação de gestores, promovido pelo MPT, em Brasília. Em sua manifestação, Azevedo Lima reiterou a necessidade de aperfeiçoamento da atuação dos membros da instituição e reforçou que o curso deve contribuir bastante para que esse aprimoramento aconteça. "Nós procuradores somos os responsáveis pela gestão das unidades em que atuamos, sejam Procuradorias do Trabalho nos Municípios, Procuradorias Regionais do Trabalho ou a própria Procuradoria-Geral do Trabalho, de maneira que precisamos nos aperfeiçoar para o desempenho de tais tarefas de forma exitosa", enfatizou.

Livro discute o enfrentamento à exploração sexual comercial infantojuvenil

Foi realizado no dia 26 de junho, na Procuradoria Regional do Trabalho de Curitiba (PR), o lançamento do livro "Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial Infantojuvenil", coordenado pelo procurador do Trabalho Rafael Dias Marques. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, prestigiou o evento, que aconteceu durante o curso nacional de aperfeiçoamento promovido pela ESMPU sobre o "O Trabalho Infantil e a Aprendizagem Profissional - Ações do MPT".

Foto: Ascom/MPT-PR

O livro teve o apoio da ANPT

A obra, que tem o apoio e o patrocínio da ANPT, é resultado das palestras proferidas no curso de capacitação para enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, que foi realizado em Brasília. Durante o lançamento do livro, o presidente da ANPT reforçou que é para a entidade motivo de honra poder participar e apoiar publicação que trata de tema de tão grande relevância, ressaltando que ela contribui para disseminar conhecimentos acerca da temática e, também, sobre a atuação dos membros do MPT, em todo o país. "Independentemente da responsabilização criminal, também imprescindível, precisamos, assim como fazemos no combate ao trabalho escravo, buscar a aplicação de sanções econômicas em valores significativos em situações de tamanha gravidade, as quais têm inegável caráter pedagógico", enfatizou.